

ESTUDOS DE HERÁLDICA MEDIEVAL

COORDENAÇÃO

Miguel Metelo de Seixas
Maria de Lurdes Rosa

**Perspectivas para o estudo da heráldica municipal
portuguesa**
Marta Gomes dos Santos



Perspectivas para o estudo da heráldica municipal portuguesa

Marta Gomes dos Santos

A heráldica municipal, ramo por vezes ignorado do estudo geral desta ciência e arte, tem na verdade uma origem se não tão recuada quanto o uso da heráldica de família enquanto distintivo pessoal, uma presença quase tão prolecta como esta no contexto medievo europeu, conforme se comprova através de diversos exemplos de selos concelhios franceses do final do século XII¹.

Em Portugal, há indícios da presença de uma heráldica municipal desde finais do século XII, com o exemplo do selo do entretanto extinto concelho de Castelo-Mendo, de 1202, generalizando-se o seu uso a partir de 1230² e, já em documentos da Chancelaria de D. Pedro I, aparece a referência a uma prática estabelecida - "...e seelladas como sempre husou nas outras villas e lugares do meu senhorio..."³ o que sugere que, mesmo considerando um possível e compreensível atraso da evolução formal da heráldica portuguesa em relação, neste caso, ao exemplo francês, não seria algo tão considerável como muitas vezes se possa pensar.

Na verdade, sendo a heráldica municipal um padrão, um atestado da autonomia do concelho, da sua personalidade jurídica e da sua relação com o poder régio e sobretudo com o senhorial⁴, é necessário incentivar trabalhos que contribuam para a história da sociedade através do estudo da heráldica autárquica. As armas, verdadeiros microcosmos para o historiador, devem sempre constituir um terreno de investigação, para contribuir na defesa da individualidade através do conhecimento

¹ Conforme está registado no minucioso levantamento patrocinado pelos Archives Nationales, *Corpus des sceaux français du moyen age, tome premier: Les sceaux des villes*, onde encontramos, entre outros, os selos de Arras (1175), Avignon (1189) ou Saint-Omer (1199).

² SAMEIRO, Pedro, "A heráldica autárquica em Portugal", *Almanson*, n.º 4, 1986, p. 85 e COELHO, Maria Helena da Cruz, «Considerações em torno das Chancelarias Municipais», *Olhares sobre a Historia: Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caleidoscopio, 2009, p.167.

³ Centro de Estudos Históricos, Chancelaria de D. Pedro I (1357 - 1367), Lisboa, INIC, 1985, obra citada na p. 126 em NORTON, Manuel Artur, "Da Esfragística Municipal Medieval", *Raízes & Memórias*, n.º 8, 1992, pp. 125-130.

⁴ SAMEIRO, Pedro, "A heráldica autárquica em Portugal", *Almanson*, n.º 4, 1986, p.78.

das raízes históricas e culturais.

Actualmente, é relevante reflectir sobre a realidade do poder local português, tendo em conta as reformas actuais e a sua dinâmica com a política, na medida em que cada vez mais os indivíduos procuram o seu lugar na sociedade e a sua identificação como grupo de interesses e causas comuns. A questão da identidade, que de facto sempre existiu, assume na contemporaneidade contornos distintos da mundividência medieva contudo, não é de somenos relevante o conhecimento e estudo do passado para nos construirmos enquanto indivíduos de uma sociedade actual.

O conhecimento do grupo, dos seus símbolos, da sua iconografia que reflecte as suas ideologias, por exemplo, o conjunto de signos que representa essa mesma colectividade, seja ela uma equipe, uma escola, ou no nosso caso, uma cidade, concelho, município, reveste-se do maior interesse para o conhecimento do tecido social e da sua relação com o que o rodeia, nomeadamente da sua noção enquanto grupo com uma representatividade específica. A heráldica municipal deverá ser então considerada, como símbolo que exprime, interna e externamente, a própria identidade concelhia, merecedora do maior interesse não só para a sociedade actual, mas também ao longo da História. Aliás, como refere Pedro Sameiro, “(...) os indivíduos e as comunidades vão prezando cada vez mais as suas raízes históricas e culturais, porque nelas vêem uma defesa da sua comunidade”⁵ do mesmo modo que atestam a “ancianidade da sua autonomia”⁶.

O estudo da heráldica tem sido, nos últimos anos, foco de renovada atenção por parte dos investigadores nacionais e estrangeiros. Ainda assim, não obstante os estudos que se têm vindo a publicar em Portugal, nomeadamente na revista *Armas e Troféus*, ou outros periódicos especializados de génese mais recente, como a *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica*, associada à Universidade Lusófona do Porto, ou a revista *Tabardo*, que tem divulgado o trabalho desenvolvido nos últimos anos pelo Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos, em Lisboa, a verdade é que esta disciplina se revela, no âmbito da investigação científica nacional, ainda muito incipiente. Mesmo o facto de presenciarmos um renovado interesse pela matéria não oculta a fragilidade da Heráldica na nossa comunidade científica, comparativamente com os prolíficos estudos que desde há muito se têm vindo a desenvolver em Espanha, França, Inglaterra ou Itália.

⁵SAMEIRO, Pedro, “A heráldica autárquica em Portugal”, *Almansi*, n.º 4, 1986, p.80.

⁶SAMEIRO, Pedro, “A heráldica autárquica em Portugal”, *Almansi*, n.º 4, 1986, p.83.

Do mesmo modo, a heráldica municipal deve, tal como outros ramos da disciplina heráldica, recorrer a uma metodologia interdisciplinar, particularmente com áreas do saber como a semiologia, a história da cultura e das mentalidades, a história da arte, a sociologia, a estética e mesmo a antropologia⁷, de modo a que a possamos perceber enquanto um código social revelador da identidade e personalidade dos seus portadores.

Este ramo da disciplina, sobretudo quando dirigido para o contexto medievo, carece de uma investigação que procure não só compreender de que modo a heráldica municipal era entendida e usada como instrumento de afirmação e de legitimação do poder, mas também perceber como era a sua inserção na sociedade no âmbito da qual existiu e foi efectivamente usada.

Os trabalhos de Anselmo Braamcamp Freire⁸, de D. Luiz Gonzaga de Lancastre e Távora⁹, de Almeida Langhans¹⁰, ou do Marquês de São Payo¹¹, não colmatam a necessidade actual de emularmos o exemplo de outros académicos de renome internacional, tais como Faustino Menendez Pidal de Navascués¹², Alessandro Savorelli¹³ ou Michel Pastoureau, autor do *Traité d'Héraldique*¹⁴, obra consagrada dos contornos epistemológicos da nova heráldica, e um dos académicos mais activos na difusão desta disciplina como ramo da historiografia.

No meio universitário, com excepção do trabalho pioneiro de Miguel Metelo de Seixas que prestou provas de doutoramento em 2010 com *Heráldica, representação*

⁷ Como exemplos desta colaboração frutuosa, temos o auxílio que a disciplina heráldica presta inúmeras vezes na identificação patrimonial em diversos inventários artísticos móveis e imóveis, ou mesmo na percepção da utilização preferencial de determinadas cores ou elementos, como Michel Pastoureau tem demonstrado em diversas publicações nos últimos anos. Acerca destes temas, consultar, por exemplo: PASTOUREAU, M. *Une histoire symbolique du Moyen Âge occidental*, Paris, Editions du Seuil, 2004 e COSS, P. e KEEN, M. *Heraldry, pageantry and social display in medieval England*, Woodbridge, The Boydell Press, 2008.

⁸ FREIRE, A. Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 3 vols, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921-1930. e *Armaria Portuguesa*, Lisboa, Cota d'Armas, Editores e Livreiros, 1989.

⁹ ABRANTES, Marquês de, *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

¹⁰ LANGHANS, F. P. de Almeida, *Heráldica: ciência de temas vivos*, 2 vols, Lisboa, Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, Gab. de Heráldica Corporativa, 1966.

¹¹ SÃO PAYO, Marquês de, "Armas municipais derivadas de selos reais", *Armas e Troféus*, III série, tomo I, n.º 2, pp. 8-9.

¹² MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino, "Del emblema sigilar a las armerías de las ciudades", in MULLER, Jean-Claude (ed.), *La Ville et ses Habitants: Aspects généalogiques, héraldiques & emblématiques. Volume des Actes du XXI^e Congrès des Sciences Généalogique et Héraldique. Luxembourg 28 VIII - 3 IX 1994*, Luxembourg, Association Luxembourgeoise de Généalogie et d'Héraldique, 1999, pp. 309-322. Ainda do mesmo autor, será interessante consultar *Los emblemas heráldicos. Una interpretación histórica*, Madrid, Real Academia de la Historia, 1993.

¹³ FAVINI, Vieri; SAVORELLI, Alessandro, *Segni di Toscana. Identità e territorio attraverso l'araldica dei comuni: storia e invenzione grafica (secoli XIII - XVII)*, Firenze, Le Lettere, 2006 e SAVORELLI, A. *Piero della Francesca e l'ultima crociata. Araldica, storia e arte tra gotico e rinascimento*, Le Lettere, 1999.

¹⁴ PASTOUREAU, Michel, *Traité d'Héraldique*, Paris, Picard, 1993.

do poder e memória da nação: o armorial autárquico de Inácio de Vilhena Barbosa¹⁵, encontramos a heráldica autárquica como mero complemento de estudos mais vastos nas dissertações para obtenção de grau, entre as quais a tese de doutoramento *A Heráldica em Portugal. Raízes, Simbologias e Expressões Histórico-Culturais* de Manuel Artur Norton¹⁶, ou mesmo em publicações como *Heráldica – Ciência de Temas Vivos* do supracitado Almeida Langhans. Tem sido sobretudo objecto de artigos avulsos, como “A heráldica autárquica em Portugal” de Pedro Sameiro¹⁷, “Do direito ao uso de brasão de armas, selo e bandeira pelas freguesias” de Manuel de Novaes Cabral¹⁸, *A heráldica autárquica do extinto município de Belém*¹⁹, obra de Jorge de Matos, *Os símbolos heráldicos da vila de Almancil*²⁰ de José Manuel Pedroso da Silva, bem como “As armas da vila de Almeida: seu significado histórico”²¹ e “As armas municipais de Pinhel”²² ambos da autoria de Miguel Metelo de Seixas.

Apesar de os autores supracitados terem vindo a contribuir para a valorização e entendimento da Heráldica enquanto ramo autónomo da historiografia de interesse para o desenvolvimento das ciências sociais e humanas²³, em Portugal, apenas nos últimos anos se tem vindo a reflectir esta preocupação nos trabalhos de investigação subordinados à Heráldica. Deste modo, é necessário incrementar uma investigação onde se alie a dimensão da análise iconográfica e semiológica à reflexão acerca do seu diálogo com as linhas de força dominantes no panorama político Português na Idade Média.

No seguimento do trabalho de Miguel Metelo de Seixas e, nomeadamente, dada a minha vontade de participar no incremento dos estudos em heráldica municipal, com enfoque na sociedade medieval portuguesa, elaborei um projecto de investigação de Doutoramento a ser desenvolvido nos próximos anos onde, através da análise das armas e da sua linguagem específica, o brasão, se pretende evidenciar

¹⁵ SEIXAS, Miguel Metelo de, *Heráldica, representação do poder e memória da nação: o armorial autárquico de Inácio de Vilhena Barbosa*, (Policopiada), Lisboa, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Lusíada, 2010.

¹⁶ NORTON, Manuel Artur (Barão de S. Roque); *A Heráldica em Portugal. Raízes, simbologias e expressões histórico-culturais*, vol. I. Dislivro Histórica, Lisboa, 2004.

¹⁷ SAMEIRO, Pedro, “A heráldica autárquica em Portugal”, *Almancor*, n.º 4, 1986, pp. 77-117.

¹⁸ CABRAL, Manuel de Novaes, “Do direito ao uso de brasão de armas selo e bandeira pelas freguesias – Temas de Heráldica de Domínio”, *Armas e Troféus*, VI Série, Tomo I, 1987/8.

¹⁹ MATOS, Jorge de, *A heráldica autárquica do extinto município de Belém*, Lisboa, Hugin, 1998.

²⁰ SILVA, José Manuel Pedroso da, *Os símbolos heráldicos da vila de Almancil*, Lisboa, J.M.P. da Silva, 2004 (Texto de uma comunicação apresentada em 8 de Maio de 2004, ao 1º Congresso da Freguesia de Almancil)

²¹ SEIXAS, Miguel Metelo de, “As armas da vila de Almeida: seu significado histórico”, *Dispersos (2000-2001)*, Lisboa, Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos, 2003.

²² SEIXAS, Miguel Metelo de, “As armas municipais de Pinhel”, *Armas e Troféus*, Lisboa, 2004.

²³ Que deve colaborar e dialogar com outras disciplinas como a História, a História da Arte, a Arqueologia, a Antropologia, a Filosofia (sobretudo pela sua dimensão estética) ou mesmo a Sociologia.

a relação entre a heráldica municipal e os diversos agentes do poder, demonstrando a relevância desta disciplina para a história cultural, social, política, institucional e simbólica dos séculos em apreço, bem como analisar a sua evolução formal à luz do desenvolvimento de novos paradigmas estéticos, propiciada pelo desenvolvimento da heráldica em países em estreita ligação com Portugal, como os demais reinos da Península Ibérica, França e Inglaterra.

Este trabalho procura não só proceder ao levantamento dos usos heráldicos dos municípios portugueses no período medieval, mas também ser uma obra inovadora na abordagem da heráldica enquanto ramo autónomo da historiografia ao serviço da investigação interdisciplinar, permitindo a realização de um estudo sistemático no âmbito da evolução e difusão da heráldica municipal, estabelecendo uma análise das suas formas plásticas, estudando os lugares e os objectos em que foi materializada e o modo como actuou sobre a sociedade coeva ou vindoura, traçando a sua relação intrínseca à história política, cultural, social, institucional e simbólica.

Do mesmo modo, ao realçar a importância do estudo da heráldica enquanto cultura visual, de acordo com o entendimento proposto por Menéndez Pidal:

“A heráldica deverá ser encarada como uma realidade dúplice, constituída por uma mensagem e uma manifestação plástica, ambas estabelecedoras de uma transmissão entre quem as ordena ou possui, e quem as contempla. Ou seja, aqui se deve procurar salientar o papel desempenhado pelas armas municipais na relação entre as imagens simbólicas e o poder, designado por autores como Favini e Savorelli²⁴ como “metaforologia política”²⁵,

em cuja obra esta temática assume um papel essencial enquanto instrumento de afirmação e legitimação de autoridade e soberania.

Com isto visa-se proporcionar uma abordagem integrada e transversal ao respectivo contexto político, social e cultural e que permita uma análise crítica, rigorosa e reflexiva fora do quadro estreito da história genealógica e nobiliárquica, como tem vindo a ser feito em grande parte da historiografia portuguesa.

Uma investigação desta índole tem necessariamente que passar por três perspectivas de análise, sendo a primeira o levantamento sistemático de fontes relativas à heráldica municipal medieval portuguesa, no espectro temporal entre os séculos XII e XV. Para isso, será essencial considerar diversas tipologias de fontes pertinentes

²⁴ FAVINI, Vieri; SAVORELLI, Alessandro, *Segni di Toscana. Identità e territorio attraverso l'araldica dei comuni: storia e invenzione grafica (secoli XIII - XVII)*, Firenze: Le Lettere, 2006.

²⁵ Apud, SEIXAS, Miguel Metelo de, *Heráldica, representação do poder e memória da nação: o armorial autárquico de Inácio de Vilhena Barbosa*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, 2011, p. 32.

para a formulação de resultados fidedignos ou seja, todas as manifestações plásticas ou documentais de armas municipais, qualquer que seja a natureza do seu formato patrimonial: selos, pedras de armas, decorações armoriadas ligadas a uma dimensão arquitectónica, objectos armoriados com recurso a diversas artes decorativas, fontes documentais e literárias que contenham a representação isolada das armas ou a sua descrição.

O facto de estes elementos carecerem de qualquer inventário próprio implica o estabelecimento de uma metodologia limitativa no respeitante à heurística, efectuando o levantamento arquivístico dos selos na Torre do Tombo, Arquivo da Universidade de Coimbra, Arquivos distritais e municipais que contenham fundos de documentação medieval²⁶ e, no que se refere às demais manifestações, consultar a bibliografia existente, nomeadamente os inventários patrimoniais²⁷ e as monografias regionais. É necessário ressaltar que para o estudo da disciplina heráldica em geral e, mais concretamente para o caso da heráldica municipal portuguesa na Idade Média, estamos perante um acervo patrimonial em risco de se perder irremediavelmente, sobretudo no respeitante ao património sigilar²⁸.

A segunda etapa consiste na análise e interpretação dos dados quantitativos e qualitativos fornecidos pela primeira fase de trabalho, ou seja, analisar as formas e elementos das armas, a sua evolução, alteração, dinâmica das peças no escudo, acrescentamentos ou substituição total. Apesar de se afirmar, como já se referiu, que só no fim do século XII apareceram selos municipais heráldicos, não é possível corroborar estes dados com irrefutável certeza dada a inexistência de um levantamento global a nível da esfragística municipal nos arquivos portugueses, para além daquele que foi levado a cabo pelo Marquês de Abrantes, limitado ao espólio da Torre do Tombo e enfermando de uma série de incorrecções. Só um levantamento minucioso do património heráldico municipal permitirá avaliar a pertinência e veracidade das propostas anteriores, considerando o comprovado interesse do levantamento dos selos portadores de elementos heráldicos, monumentos sustentadores da memória municipal que são, ao mesmo tempo, criadores e cristalizadores de armas e também o principal agente da difusão das mesmas, entre os séculos XII e XV.

²⁶ De acordo com o Recenseamento dos arquivos locais: Câmaras Municipais e Misericórdias promovido Ministério da Cultura e Arquivos Nacionais-Torre do Tombo com a coordenação geral de José Mariz.

²⁷ KEIL, L. *Inventário artístico de Portugal*, 8 vols, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1943-1975.

²⁸ Para além da lacuna de políticas de preservação e conservação dos selos, entre os quais muitos selos pendentes em pergaminho ou em tecido, selos de cera ou de chumbo, referimo-nos a espécimes frágeis e que sucumbiram à oxidação, contaminação biológica, fractura ou quebra total entre muitos outros sintomas que vão aniquilando o património esfragístico que resistiu à passagem do tempo.

No entanto, e ainda relativamente ao levantamento do património sigilar levado a cabo pelo Marquês de Abrantes, é importante verificar que, não obstante algumas incongruências, é efectivamente dos únicos trabalhos feitos a este nível e, a partir desta mesma obra, Pedro Sameiro efectuou um trabalho minucioso de tratamento estatístico com base nos dados fornecidos pelo *Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*. Estes são, actualmente, os dados que dispomos para uma análise mais imediata do panorama da heráldica municipal portuguesa ao nível da sigilografia medieval.

A partir destes dados, podemos recolher algumas sugestões interessantes tais como a predominância de algumas formas dos selos ou peças destas armas, por exemplo “Os selos municipais são de formato predominantemente circular, quando fora dos selos, as armas concelhias tendem a representar-se numa superfície de forma quadrangular, existem bandeiras municipais e são várias as fontes de inspiração e processos de criação da simbologia autárquica e podem relacionar-se com a topografia e paisagens locais (castelo, ponte, faixas onçadas), ou símbolos falantes (a princípio predominantemente vegetais, mas depois também animais e objectos), ou ligarem-se a devoções locais (barca de São Vicente), à emblemática do poder régio, ou a tradições pré-cristãs (Coimbra e Beja)”²⁹. Estes dados coincidem com o parecer dado por Manuel de Novaes Cabral no seu trabalho “Do direito ao uso de brasão de armas selo e bandeira pelas freguesias – Temas de Heráldica de Domínio” que refere, “os símbolos heráldicos do município representam normalmente as actividades de maior importância que aí se exercem e as características mais marcantes do concelho, tais como históricas, arqueológicas ou etnográficas”³⁰.

Assim, fornecendo as armas informações quantitativas, artísticas e técnicas, semânticas e relativas à mentalidade, a terceira fase da investigação implica a reflexão acerca da importância da heráldica municipal como símbolo de identidade e de poder e como elemento constitutivo da noção do concelho, do espaço, não só a nível geográfico e territorial mas também sociológico.

Há diversas questões a colocar a partir desta ponderação. Desde compreender, de facto, qual a origem das armas, como se processou a sua difusão, até que ponto estas armas reflectem a história local, a dinâmica da população ou a predominância senhorial. Ou mesmo perceber se houve, e quais foram, as influências estrangeiras

²⁹ SAMEIRO, Pedro, “A heráldica autárquica em Portugal”, *Almanson*, n.º 4, 1986, p.91.

³⁰ CABRAL, Manuel de Novaes, « Do direito ao uso de brasão de armas selo e bandeira pelas freguesias – Temas de Heráldica de Domínio» Lisboa : *Armas e Troféus*, VI Série, Tomo I, 1987/8. p.3

que se reflectem nas formas heráldicas nacionais, a influência do poder régio nos elementos destas armas, a constância ou inconstância de formas a nível nacional. Poderemos falar em fenómenos de gosto e de moda que ditaram as tendências estéticas e formais da heráldica municipal portuguesa?

Com vista a desenvolver e, se possível, encontrar resposta para estas questões, irei, portanto, dedicar as minhas investigações de doutoramento a esta temática, procurando apresentar um enquadramento metodológico da heráldica aplicada aos estudos da arte e do património, numa perspectiva de história comparada.

Referências Bibliográficas:

- ABRANTES, Marquês de, *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.
- BEDOS, Brigitte, *Corpus des sceaux français du moyen age, tome premier: Les sceaux des villes*, Paris, Archives Nationales, 1980.
- BOO, Hans de; HEMPENIUS, Bertus; ITERSÓN, René van (eds.), *L'Héraldique régionale. Actes du XII^e Colloque international d'héraldique. Regionale heraldiek en streekwappens. Congresverlag van het XII^e international heraldish colloquium. Groningen, 3-7 september 2001*, Genève/Groningen, Académie Internationale d'Héraldique/Consulentschap voor de heraldiek in de provincie Groningen, 2005.
- COSS, P. e KEEN, M. *Heraldry, pageantry and social display in medieval England*, Woodbridge, The Boydell Press, 2008.
- CABRAL, Manuel de Novaes, “Do direito ao uso de brasão de armas selo e bandeira pelas freguesias – Temas de Heráldica de Domínio”, *Armas e Troféus*, VI Série, Tomo I, 1987/8.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, “Considerações em torno das Chancelarias Municipais”, *Olhares sobre a História: Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caleidoscopio, 2009, pp.165-172.
- FAVINI, Vieri; SAVORELLI, Alessandro, *Segni di Toscana. Identità e territorio attraverso l'araldica dei comuni: storia e invenzione grafica (secoli XIII - XVII)*, Firenze, Le Lettere, 2006.
- FREIRE, A. Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, 3 vols, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921-1930.
- FREIRE, A. Braamcamp, *Armario Portuguesa*, Lisboa, Cota d'Armas, Editores e

- Livreiros, 1989.
- KEIL, L. (dir.) *Inventário artístico de Portugal*, 8 vols, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1943-1975.
- LANGHANS, F. P. de Almeida, *Heráldica: ciência de temas vivos*, 2 vols, Lisboa, Fundação Nacional para a alegria no trabalho, Gab. de Heráldica Corporativa, 1966.
- MATOS, Jorge de, “A foralidade portuguesa e a heráldica nacional”, *Vária Escrita. Cadernos de Estudos Arquivísticos, Históricos e Documentais*, 2003.
- MATOS, Jorge de, *A heráldica autárquica do extinto município de Belém*, Lisboa, Hugin, 1998.
- MENÉNDEZ PIDAL de NAVASCUÉS, Faustino, *Los emblemas heraldicos. Una interpretacion historica*, Madrid, Real Academia de la Historia, 1993.
- MENÉNDEZ PIDAL de NAVASCUÉS, Faustino, “Del emblema sigilar a las armerías de las ciudades”, in MULLER, Jean-Claude (ed.), *La Ville et ses Habitants: Aspects généalogiques, héraldiques & emblématiques. Volume des Actes du XXI^e Congrès des Sciences Généalogique et Héraldique. Luxembourg 28 VIII - 3 IX 1994*, Luxembourg, Association Luxembourgeoise de Généalogie et d’Héraldique, 1999, pp. 309-322.
- NORTON, Manuel Artur (Barão de S. Roque); *A Heráldica em Portugal. Raízes, simbologias e expressões histórico-culturais*, vol. I. Lisboa, Dislivro Histórica, 2004.
- NORTON, Manuel Artur, “Da Esfragística Municipal Medieval”, *Raízes & Memórias*, n.º 8, 1992, pp. 125-130.
- PASTOUREAU, Michel, *Traité d’Heraldique*, Paris, Picard, 1993.
- PASTOUREAU, Michel, *Une histoire symbolique du Moyen Âge occidental*, Paris, Editions du Seuil, 2004.
- ROLDÃO, F. *Escrita e poderes urbanos nos concelhos de Coimbra, Santarém e Lisboa (1179-1325)*, (Policopiada), Dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006.
- SAMEIRO, Pedro, “A heráldica autárquica em Portugal”, *Almansor*, n.º 4, 1986, pp. 77-117.
- SÃO PAYO, Marquês de, “Armas municipais derivadas de selos reais”, *Armas e Troféus*, III série, tomo I, n.º 2, pp. 8-9.
- SASTRE Y ARRIBAS, Maria José, “Ville et Armoiries - Considérations autour de l’exemple espagnol”, in MULLER, Jean-Claude (ed.), *La Ville et ses Habitants: Aspects généalogiques, héraldiques & emblématiques. Volume des Actes du XXI^e*

Congrès des Sciences Généalogique et Héraldique. Luxembourg 28 VIII - 3 IX 1994, Luxembourg, Association Luxembourgeoise de Généalogie et d'Héraldique, 1999, pp. 299-308.

SAVORELLI, A. *Piero della Francesca e l'ultima crociata. Araldica, storia e arte tragica e rinascimento*, Le Lettere, 1999.

SEIXAS, Miguel Metelo de, "As armas da vila de Almeida: seu significado histórico", *Dispersos (2000-2001)*, Lisboa, Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos, 2003.

SEIXAS, Miguel Metelo de, "As armas municipais de Pinhel", *Armas e Troféus*, Lisboa, 2004.

SEIXAS, Miguel Metelo de, "As insígnias municipais e os primeiros armoriais portugueses: razões de uma ausência", *Ler História*, nº 58, 2010, pp. 155-179.

SEIXAS, Miguel Metelo de, *Heráldica, representação do poder e memória da nação: o armorial autárquico de Inácio de Vilhena Barbosa*, (Policopiada), Lisboa, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Lusíada, 2010.